

O LUGAR DA CRIANÇA E DA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS, INTERIOR DO AMAZONAS, AMAZÔNIA

THE PLACE OF CHILD AND CHILDHOOD IN THE MUNICIPALITY OF PARINTINS, AMAZONAS STATE, AMAZON

Ângela Rodrigues de Figueiredo
Patrícia dos Santos Trindade
Renan Albuquerque Rodrigues

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Resumo

O trabalho é resultado de estudo derivado de projeto de pesquisa cujo tema é “Retratos da criança e da infância no município de Parintins”. O objetivo foi evidenciar os usos e apropriações de espaços públicos destinados à criança e à infância em três bairros da periferia do município de Parintins, município de Manaus/AM, e em uma comunidade suburbana, considerando a relação criança-sociedade-cultura, focalizando-se geralmente a criança apenas como “aluno”, ou seja, como “objeto” do contexto escolar. O estudo almeja dar visibilidade às crianças na atividade do brincar, tomando espaços não institucionais como referência para discutir seu papel enquanto sujeito social, agente transformador da própria cultura.

Palavras-chave: Criança/Infância. Espaços não institucionais. Brincar.

Abstract

This work is the result of a study derived from the research project whose theme is “Portraits of children and childhood in the city of Parintins”. The aim of the study was to demonstrate the uses and appropriations of public spaces for the child and childhood in three neighborhoods in the outskirts of the city of Parintins and in a suburban community, whereas little is said about the child-society relationship-culture, focusing usually the child only as “student”, i.e. as “object” of the school context. This study seeks to give visibility to children at their most expressive activity, playing, taking the non-institutional spaces as a reference to discuss their role as a social subject, transforming agent of their own culture.

Keywords: Child/Children. Non-institutional spaces. Play.

Introdução

O problema dos lugares

O estudo pondera acerca de formas como crianças utilizam e se apropriam de espaços públicos para suas realizações no município de Parintins, a leste de Manaus, estado do Amazonas, na divisa com o estado do Pará, reconhecendo brincadeiras infantis como oportunidades de produção cultural e construção de saberes a partir do contexto social.

A reflexão sobre brincadeiras em espaços públicos foi motivada com o intuito de se contribuir com produções que reflitam sobre o papel do ato de brincar entre crianças em ambiente amazônico e pela necessidade de aprofundar conhecimentos sobre o tema na região, investigando transformações ocorridas em práticas cotidianas e no ato de brincar.

A metodologia se baseou em pressupostos da etnografia, com aplicação de técnicas de observação e registro em diário de campo, além de registro de imagens e entrevistas com crianças e adultos. Foram utilizados questionários abertos aplicados a adultos que acompanhavam/observavam crianças no momento das brincadeiras, além de entrevistas direcionadas às crianças durante as atividades.

Os procedimentos pretenderam aproximação efetiva com participantes no campo da pesquisa e coleta de testemunhos infantis a partir de enfoques que privilegiassem o cotidiano como ponto de partida para a realização das análises pretendidas. Para a apresentação dos resultados e reflexões realizadas, foram organizadas quatro partes que se relacionam no intento por sentido ao estudo.

Inicialmente, foi feito breve retrospecto a respeito do lugar ocupado pela criança e pela infância no decorrer da história, ressaltando-se processos de construção histórico-cultural. Em seguida, foi tecido panorama sobre o

contexto da pesquisa, a fim de dar sentido às práticas desenvolvidas nos espaços.

Enfoques teóricos de Ariès (1981), Charlot (1986), Kramer e Leite (1996), Corsaro (2002) e Coll Delgado e Müller (2005) se deram no propósito de situar reflexões acerca dos resultados obtidos. Foram tecidas considerações buscando-se refletir sobre o lugar da criança na sociedade amazônica da mesorregião leste do Amazonas, bem como sobre diferentes formas de viver a infância, dadas circunstâncias sociais, econômicas e culturais.

Enfoque teórico

O lugar da criança e da infância no decorrer da História

A ideia de criança como hoje se conhece em nada assemelha-se com a ideia de outros tempos. Trata-se de invenção da sociedade moderna e reflete o lugar historicamente construído e assumido pela infância em determinada época. Recentemente, estudos na área da infância e criança tiveram ênfase com o historiador francês Ariès (1981), que investigou a iconografia da Idade Média. Segundo ele, a arte medieval não reservou lugar à infância nem à criança, gerando posicionamento de anonimato para o campo do saber. Para o autor, no século XII, as crianças começaram a ser representadas, porém as circunstâncias em que elas apareciam demonstravam a miniaturização da figura do adulto, a ausência de particularidades próprias da infância.

Uma sociedade que desconhecia particularidades infantis tendia a ares de perversidade, mas o contexto em que a expressão de saber foi constituída apresentava indicadores acerca das i) altas taxas de mortalidade que afetavam com frequência as crianças e ii) do afastamento que sofriam da convivência com os pais, o que as impactava em sua constituição enquanto pessoa

A família não se agrupava em torno dos membros e não era a consanguinidade que definia o pertencimento. Relações intensas com o mundo exterior não permitiam proximidade entre pais e filhos. Ficava difícil imaginar que alguém pudesse ter apego ou afeição pelos filhos, uma vez que não havia a percepção da criança como alguém de constituição diferenciada, sujeito singular que precisa de cuidados específicos (KUHLMANN JR., 1998).

Com o surgimento da família nuclear de modelo burguês, laços de consanguinidade se fortaleceram, a família começou a se fechar a mundos exteriores, mantendo distância de estranhos, preservando bens e acumulando riquezas (ARIÈS, 1981). O autor descreve uma sociedade medieval apática à presença da criança, não representada na arte, o que sugere ser sintoma do grande número de óbitos infantis na época.

Depois da Era Medieval, a relação família-criança foi transformada e gerou mudanças às relações parentais. O indicativo veio a partir de separação entre família e sociedade, o que inaugurava o olhar acolhedor sobre a criança. Ela, antes ignorada em particularidades, passava a ser concebida via cuidados por parte do adulto, visando-se à sua felicidade e continuidade enquanto espécie consanguínea.

Embora contraditórios, sentimentos de papirico e moralização foram decisivos na nova concepção de criança. O olhar moralizador dirigido, como o mimo, resgatou a criança da obscuridade que a tornava invisível aos olhos da sociedade.

Todo homem sente dentro de si essa insipidez da infância que repugna à razão sadia; essa aspereza da juventude, que só se sacia com objetos sensíveis e não é mais do que o esboço grosseiro do homem racional. Só o tempo pode curar o homem da infância e da juven-

tude, idades da imperfeição sob todos os aspectos. (BALTHAZAR GRATIEN, 1646 *apud* ARIÈS, 1981, p. 162)

Em que pesem críticas a essa forma de ver a criança, seja como “macaquinho impudico”, como descreveu Ariès (1981), ou como alguém incompleto que precisa ser moralizado, os dois sentimentos impulsionaram a descoberta da criança e da infância, como hoje se concebe.

É necessário retomar perspectivas históricas subjacentes às concepções de criança e infância sem incorrer no risco de julgamento a partir de recortes temporais. Se assim for possível, o que dizer da sociedade atual em que crianças são protagonistas de cenas de violência ou vítimas de violência cotidiana de diversas ordens, cujos causadores são às vezes os próprios pais? O que dizer de crianças escravizadas e cerceadas de direitos?

O olhar para o passado se justifica no sentido de compreender posições que a criança assume hoje na sociedade, a fim de contribuir para revisão de posições que se estabelecem acerca de quem ela é e quais as necessidades na sociedade contemporânea. Afinal, que lugar as crianças ocupam na sociedade? Como são percebidas? Que sentidos são atribuídos às suas particularidades e necessidades na contemporaneidade?

Crianças sobrecarregadas de afazeres antes pertinentes a adultos, crianças que se responsabilizam por outras crianças enquanto pais trabalham, ou crianças que têm o tempo tomado integralmente por aulas regulares, cursinhos de idiomas, informática etc. numa jornada com rotinas de adultos. Cabe questionar: quem é a criança que ora se apresenta? Que lugar se destina à infância?

Circunstâncias nas quais as crianças vivem hoje apontam para ponderações radicais: será que acabamos com a infância? (KRAMER, 1996). A crescente violência,

dentro ou fora de casa, e a desigualdade social têm demandado mudanças na rotina infantil, segregando-a à influência de videogames, de computadores e da televisão. A situação por vezes se dá sob o olhar indiferente da sociedade.

Mudanças que caracterizam a sociedade contemporânea revelam necessidades de se refletir sobre tempo e lugar que a criança e a infância ocupam hoje na sociedade marcada pela pressa, pelo individualismo. Para se caracterizar peculiaridades culturais, importa refletir sobre vivências infantis.

A realidade como entre-lugar da criança que brinca

Desigualdades sociais e econômicas, sem dúvida, constituem-se em desafios da sociedade atual. Transformações decorridas no processo de desenvolvimento industrial e tecnológico, como parte de projetos de economia global, demandam reorganização em modos de vida e inauguram socialização reestruturantes no domínio da infância (SANTOS, 2000).

Se na Idade Média os espaços à criança não eram planejados, hoje se vive um paradoxo: de um lado, a criança passou a ser alvo de atenção; de outro, passou a ser exposta a contingentes de informações veiculadas pela mídia (especialmente a eletrônica), que não faz distinção entre adultos e crianças, tornando-as vulneráveis face ao mundo do qual anteriormente eram protegidas.

A isso, pode-se interpretar como homogeneização de mentalidades, a despeito de brincadeiras infantis sobreviverem ao tempo e revelarem maneiras de se pensar o mundo sob o ponto de vista de crianças. O entre-lugar é interpretado na perspectiva foucaultiana, como espaço de criação, concretização da experiência coletiva que, no caso da infantil, difere da experiência do adulto. A

criança recria experiências que vivencia e, em sua relação com o mundo, incorpora culturas, transformando-as.

A apropriação de espaços públicos pelas crianças ganha sentido e importância quando se muda o foco dos espaços como apenas recortes geográficos para assumi-los enquanto significação abstrata, transformada em lugar na medida em que passa a ser dotado de valor (TUAN, 1983).

Nesse sentido, a rua e o parque não podem ser compreendidos como meros traços do crescimento urbano para circulação de pessoas. A compreensão indica que são espaços de socialização e que, no contexto do estudo, refletem o cotidiano das pessoas por meio do que essas denotam nesses espaços em relação a trabalho, afazeres, brincadeiras etc.

Numa sociedade globalizada, na qual se produzem alterações em modos de relações sociais, cujos espaços destinados a brincadeiras parecem cada vez mais institucionalizar-se, crianças são marcadas em seus modos de ser e existir. Nesse cenário, a escola aparece como principal *locus* de realizações infantis, porém o tempo de brincar se limita a pretextos para ensinar conteúdos e habilidades. À medida que as crianças avançam nos estudos, as brincadeiras diminuem, ficando restritas ao tempo de recreio, que, geralmente, dura quinze minutos.

Metodologia

A entrada no campo de pesquisa: percursos investigativos

Conversas preliminares com crianças e responsáveis foram planejadas a fim de se estabelecer aproximação e conquistar a adesão de crianças. Procurou-se participar de brincadeiras, interagindo antes de se iniciar a abordagem.

A etnografia foi fundamental enquanto procedimento que permitiu a participação do pes-

quisador nas ações do grupo. Por se tratar de momento delicado, em que a necessidade de aceitação por parte do grupo é crucial, uma primeira aproximação objetivou identificar crianças que seriam o foco das observações pretendidas, antes mesmo do início da pesquisa.

Considerou-se a etnografia enquanto pressuposto para se imergir em universos do outro a partir de concepções elencadas por Faulhaber (1998, 2005), quando, em trabalhos de campo na Amazônia, destaca possibilidades de acessar crenças e comportamentos referentes a comunidades rurais e ribeirinhas em razão de conversas e estabelecimento de confiança condicionada à aceitação.

Cardoso de Oliveira (2006) adota similar linha de trabalho ao referenciar posturas idiossincrásicas em estudos urbanos e não urbanos de campo que tomam aportes etnográficos enquanto valores a serem assumidos. O autor descreve que se inserir em conversações individuais ou grupais exige identificação mínima junto àquela pessoa com quem se pretende estabelecer diálogo.

Corsaro (2002, p. 446) afirma que a etnografia “exige que os pesquisadores entrem e sejam aceitos na vida daqueles que estudam e dela participem”. Tomando o suposto como justificativa, objetivou-se fazer avaliação interpretativa sobre a realidade via inferências sobre diálogos e atitudes observadas.

Pretendeu-se direcionar o estudo no sentido de que a pesquisa caminhasse a partir de aspectos da observação etnográfica, que auxiliam a compreender crenças e atitudes preponderantes dentro de conjuntos complexos de ações, tomando como suposto que a tradução das observações fosse a mais fidedigna possível. Assim, a etnografia executada quis alcançar aspecto antropológico pleno, sendo mais do que uma reveladora técnica de itens qualitativos, mas ajudando a inferir sobre expressões e maneirismos latentes e manifestos (FAULHABER, 1998).

Questões éticas da pesquisa

Dar visibilidade às expressões infantis, eis o grande desafio da pesquisa realizada com crianças, pois se, por um lado, é necessário dar voz a ela e trazer à tona suas ideias, percepções, sentimentos e opiniões, por outro, está a necessidade de preservar sua identidade. Essa contradição foi vivenciada durante a pesquisa em momentos cruciais que demandaram reflexões, avanços e recuos.

Durante a aproximação com o contexto da pesquisa, por exemplo, cuidados tomados foram no sentido do consentimento dos adultos para que se pudesse estabelecer a primeira aproximação com as crianças. Porém, essa autorização não nos pareceu suficiente, devido ao entendimento de que as crianças também poderiam e deveriam opinar sobre si mesma, suas realizações e desejos.

Assim, além de tomarmos formalmente a autorização dos responsáveis, o que não foi tarefa fácil, pois, muitas vezes, a criança que brinca nas ruas o faz porque seus responsáveis estão ausentes durante o dia, consultamos ainda crianças envolvidas após a autorização prévia do adulto.

Essa possibilidade de autoria da criança objetivou que ela indicasse participação no entendimento de seu próprio cotidiano, de sua cultura, contrariamente à concepção adultocêntrica que retira a criança de cena e a recoloca como “coisa”.

A criança como protagonista da pesquisa foi um marco importante que permitiu ampliar possibilidades de aproximação e graus de confiança em relação à pesquisa e aos pesquisadores.

Desafio enfrentado envolvendo questões éticas da pesquisa implicou reflexão e acuidade no trabalho de campo, pois se almejou trazer para o centro do debate construções culturais da infância e o tempo-espço de viver, tomando a própria criança como pro-

tagonista. Foi necessário, assim, preservar identidades, atribuindo-se aos infantes nomes fictícios.

Buscou-se, dessa feita, consolidar princípios éticos da pesquisa com seres humanos, observando resguardos acerca de dados coletadas por se considerar que reflexões feitas a partir deles seriam suficiente ponto de ancoragem para as análises. No caso da autorização para a coleta, considerou-se o adulto enquanto pessoa de acesso primordial antes de se chegar até a criança.

Locais e participantes

Tomou-se locais distintos como mote de análise: a praça Benedito Azedo, no bairro Nossa Senhora de Nazaré, localizado na zona centro-sul da cidade de Parintins; o bairro Itaúna II, localizado na periferia da cidade e a comunidade Santa Terezinha do Aninga, zona suburbana, localizada a aproximadamente doze quilômetros da sede do município amazonense.

Nesses locais, procurou-se captar relações que se estabelecem entre brincadeiras e formas como as crianças se apropriam de espaços, como ponto de partida para a compreensão da realidade. A praça Benedito Azedo, conhecida como a “Praça do Suzana”, em referência ao educandário Suzana de Jesus Azedo – localizado no entorno da praça – possui uma vasta área construída pelo poder público municipal, com lanchonetes, quadra de futebol e um parque infantil e ainda funciona como praça digital para quem necessita usar *internet*.

O parque ocupa uma parte pequena da praça. É um local reservado às crianças, com a maior parte recoberta por concreto. Possui um tanque de areia, escorregadores, balanços, uma casinha e um brinquedo giratório. A arborização é projetada a fim de ornamentar e proteger do sol. Os horários de funcionamento são irregulares. Só é aberto

ao público quando há disponibilidade de funcionários para organizar a entrada e o uso dos brinquedos pelas crianças, obedecendo à faixa etária.

Procedimento de coleta

A observação direta nos contextos de pesquisa foi circunstanciada por registros em diários de campo, entrecruzados com entrevistas realizadas com os grupos de crianças em cada um dos contextos estudados.

A etnográfica auxiliou como forma de intensa aproximação com o grupo pesquisado. Por meio de um olhar etnográfico, foi possível reconstruir significados das relações que se estabelecem e organizar sistematicamente tais observações.

Procedimento de análise

Para organização dos dados, foram retomadas descrições no caderno de campo, assim como relatos de crianças e adultos entrevistados. Buscou-se estabelecer pontos de convergência, não no sentido de unificar posicionamentos, mas de identificar padrões que pudessem subsidiar as análises.

Diante da necessidade que se estabelecia, partiu-se para exploração de materiais repetidas vezes, em seguida, para a transcrição de depoimentos e entrecruzamento de diálogos. Foi necessário buscar sentido não apenas em expressões em si, mas nos gestos, nos risos ou até mesmo nos silêncios durante as conversas e brincadeiras (BAUER, 2002).

O entrecruzamento de diálogos foi tecido entre os sujeitos da pesquisa e desses com as teorias, partindo sempre de eixos articuladores (criança-infância-espço). A partir do suposto, esses foram veiculados em uma categoria, “Criança e brincadeira em espaços públicos”.

Triangular os diálogos foi o proposto, mas com consciência de que seria tarefa de

risco, por conta da sobreposição de pontos de vista. Portanto, procurou-se na medida do possível respeitar o que foi dito e como foi dito como forma de preservar as construções dos sujeitos.

Resultados e discussão

Criança e brincadeira em espaços públicos

Brincadeiras proporcionam às crianças referências espaciais e temporais nas quais seu cotidiano molda-se dependendo da disponibilidade desse espaço-tempo. Dessa forma, suas necessidades não podem ser subjugadas a referenciais adultos, mas avaliadas mediante possibilidades de apropriação dos lugares por elas mesmas.

As discussões que giram em torno da criança como sujeito de direitos apontam para a dimensão do brincar como diferente de mero passatempo ou atividade ingênua, desprovida de significado.

O brincar, visto como forma de representação simbólica da criança, tem muito a informar acerca de práticas sociais vividas em determinada sociedade. A partir de Vygotsky (1987), acredita-se na brincadeira como atividade criadora, em que subjetividades infantis são construídas a partir de interações com o mundo, mediadas por imaginação, fantasia e realidade, além das representações simbólicas que a brincadeira proporciona.

A respeito das considerações dos adultos (no parque, por exemplo) sobre o brincar, constatou-se que a maioria era de avós, uns porque tinham a guarda da criança, outros porque os pais não tinham tempo de levar os filhos para brincar. Esses avós acentuavam que brincar na praça ou no parque era mais saudável do que brincar em casa, onde havia espaços limitados.

Ao serem indagados sobre o que é brincar, eles definiram como “*diversão sem pre-*

ocupação” (Responsável que acompanhava a criança ao parque, coleta de campo, 2013). Quando se analisa o fragmento em relação à visão que o adulto tem sobre o brincar, percebe-se que a brincadeira é colocada em oposição a trabalho, uma atividade apartada de obrigações.

Por outro lado, a escola tem adotado outro discurso, atribuindo à brincadeira infantil uma utilidade, privilegiando a intencionalidade educativa. O ato de brincar depende da dimensão integradora (TOMÁS, 2006). Porém, na sociedade contemporânea, tem prevalecido a ideia da brincadeira como domínio pedagógico, cumprindo função intencional e utilitária na escola por meio de ações “bem intencionadas”. Isso sugere negligência ao papel humanizador do brincar em múltiplas dimensões.

Indo na contramão da perspectiva, o brincar não representa simples diversão, tampouco entretenimento, desocupação e/ou objeto de ensino, a partir do qual a criança é tida como “receptáculo passivo das doutrinas dos adultos” (COLL DELGADO e MÜLLER, 2005, p. 18).

O caráter descomprometido do brincar, demonstrado nas conversas com adultos que acompanhavam crianças no parque, é compreensível quando se reflete acerca da pressão com que rege a sociedade contemporânea, na qual pouco tempo se destina ao brincar, visto muitas vezes como perda de tempo.

O tempo-espaço da criança no contexto da sociedade contemporânea, nas grandes ou pequenas cidades, cada vez mais vem sendo tomado por atividades institucionais, escolares e extraescolares que preenchem o lugar “vazio” deixado pelos pais, geralmente assoberbados por duplas jornadas de trabalho.

A praça anexa ao parque se apresenta como possibilidade para que crianças de bairros vizinhos, como Palmares, Nossa Senhora de Nazaré e centro da cidade, encon-

trem lugar para suas realizações. Fora desses limites, a cidade dispõe do parque “Cidade da Criança”, localizado no bairro São José Operário, e algumas poucas praças em condições precárias, a maioria construída no entorno de igrejas e nem sempre disponíveis.

Quanto aos espaços públicos nos bairros do Itaúna II, zona leste da cidade, cabe referenciar que a maioria das crianças brincava nas ruas, outras optavam por *lan houses* espalhadas pelo bairro. Geralmente estavam sem a companhia de adultos, livres para brincar, sem hora para começar ou terminar e, assim que chegavam da escola, logo se envolviam nas brincadeiras.

Cabe enfatizar que as ruas do bairro não dispunham de áreas verdes nem de calçadas (a maioria ocupada por pequenos comércios) e as brincadeiras aconteciam em meio ao trânsito de rua que, apesar de não ser intenso, representava perigo para a atividade. Essas circunstâncias levavam as crianças a apropriações alternativas do espaço disponível, colocando limites ou barreiras como “latas”, “garrafas pets” ou as próprias sandálias, que também funcionavam como traves para jogar futebol, por exemplo.

As brincadeiras preferidas, segundo as crianças, eram papagaio, jogo de bola (futebol), *jemerssom*⁴⁸, *videogames* instalados em *lan houses*, ou assistir a programas de televisão em casa. A rua, como espaço de socialização, era vista, como relatado em Santos e Vogel (1985), como extensão da casa e formalmente existia para uma finalidade específica (lugar de circulação). Ela, enquanto espaço público, apresentava consigo estigmas da marginalidade e do medo porque as crianças que ali brincavam passavam a ser vistas como potenciais delinquentes.

A situação teria dado origem a preconceitos contra a pobreza, que até hoje perduram

na sociedade, cujo discurso gira em torno da ação de tirar crianças das ruas para que não se tornem delinquentes – uma preocupação que visivelmente intenta proteger a sociedade face a “perigos” que a “ociosidade” da criança representa.

Porém, nos bairros em que não havia parque, o que se percebeu foi a rua como espaço de liberdade e criatividade, onde crianças criam territórios e ressignificam experiências. Nos passeios em bicicletas construídas a partir de destroços, nas traves improvisadas por garrafas descartáveis ou sandálias, espaços de identidade e alteridade vão sendo erigidos permeados por regras criadas coletivamente.

Em meio a perigos potenciais das ruas, como o trânsito, a violência, entre outros, as crianças de bairro persistem em viver a infância, mesmo que isso não lhes seja dado *a priori*. Apesar dos jogos eletrônicos e da televisão, o brincar-de-roda, o manja-esconde e o pega-pega sobrevivem à margem de uma sociedade que ameaça fazê-los desaparecer.

As próprias crianças que brincavam no parque testemunharam preferências por *videogames*, jogos na *web*, carrinhos, bonecas e outras que lhes exigiam poucos movimentos e alta carga de tecnologia incutida.

No bairro do Itaúna II e na Comunidade do Aninga, o jogo de bola, o andar de bicicleta, a manja-esconde e as lutas corporais apareceram como brincadeiras preferidas das crianças, já que poucos têm oportunidade de adquirir jogos eletrônicos, por se tratarem de bairros pobres.

Ainda assim, houve crianças que descreveram que, quando de posse de algum dinheiro, se dirigem até as *lan houses* próximas para tentarem diversificar sua brincadeira, à semelhança do que outras crianças de áreas mais suburbanas fazem nessa destacada cidade amazônica de fronteira (Parintins).

48 Brincadeira em que as crianças usam tampas de garrafa pet dentro de um quadrado e jogam a bola para derrubá-las.

Para Carvalho *et al.* (2003), brincadeiras formam redes de relações cujas interações e procedimentos têm a ver com ambientes socioculturais disponíveis, permitindo mobilidade e capacidade de organização temporal e espacial. As diferenças de apropriação espacial foram perceptíveis ao se observar, nas ruas do bairro, crianças brincando com bicicletas construídas a partir de pedaços de madeira, sem pneus, com aros à mostra e que eram disputadas por infantes de seis a nove anos, fazendo-se uma espécie de rodízio para circularem nas ruas.

Nesse mesmo contexto, uma menina de 10 anos assumia duplo papel: ora brincava (quando chegava sua vez de andar de bicicleta), ora tomava conta de três crianças, irmãs mais novos que circulavam entre a rua e os quintais das casas do bairro. Frequentemente, era necessário intervir em favor das crianças pequenas (2, 3 e 4 anos), quando algum risco se mostrava mais evidente, entre eles, o trânsito ou a proximidade das fossas cavadas nos quintais das casas.

As circunstâncias observadas supõem a falsa “natureza infantil” na qual por longo período se acreditou (CHARLOT, 1986). A existência da criança e da infância não pode ser analisada fora de cenários de desigualdade que permeiam seus modos concretos de vivência, sob pena de se creditar uma visão abstrata e homogênea às condições sociais e econômicas em que vivem crianças das classes pobres e de classes médias e altas.

Na comunidade do Aninga, as brincadeiras aconteciam ao redor da igreja e às margens do rio que circunda a comunidade. Na ocasião, o rio estava seco e permitia que as crianças travassem lutas corporais para diversão à beira dele. Nesse jogo, venciam quem conseguisse lançar o outro no capim ao redor, que, de tão alto, fazia os meninos desaparecerem em meio ao verde.

Após período de observação, resolveu-se indagar do grupo acerca do que consistia a

brincadeira, se havia regra e se essa brincadeira não poderia machucar alguém. Um dos meninos, sorrindo e sem parar de brincar, respondeu que era “*só para divertir, lutar sem se machucar, é brincadeira boa*” (Diário de campo – Margem do lago do Aninga em maio de 2013 – L.S., 10 anos de idade).

Meninos e meninas não participam das mesmas experiências. Há comportamentos distintos e cada gênero se fia com base em modelos fornecidos pela sociedade, no modo como são vistas e tratadas em casa, na escola e sociedade (SANTOS e VOGEL, 1985). Embora a criança receba informações e as incorpore a partir do mundo adulto e daquele onde vive, ela constrói a própria cultura nas relações com seus pares, no contexto em que desenvolve as brincadeiras.

A partir do exposto, infere-se que as crianças não estavam circunscritas apenas à reprodução cultural. Crianças e suas infâncias estavam sendo afetadas pelas sociedades e culturas das quais são membros e ao mesmo tempo participam e afetam, transformando a realidade para torná-la sua (SARMENTO, 2005). Dessa forma, é possível ponderar que a cultura local adota padrões de diferentes valores e costumes, acarretando em consequências positivas ou nem sempre enriquecedoras.

O modelo de sociedade tem deixado pouco lugar para brincadeiras tradicionais, que aparecem em poucas circunstâncias, estando presentes na comunidade do Aninga, apenas, onde as relações interpessoais são intensas e a interatividade entre os grupos é extensiva. São relações aparentemente mais abertas, embora a formação grupal nesse contexto apareça claramente subdividida: grupo de adultos versus crianças; homens versus mulheres; meninos versus meninas.

Em relação às crianças que brincavam nas praças e parques, os pais e as próprias crianças demonstraram maior resistência à

aproximação de estranhos e à inserção dos pesquisadores em suas brincadeiras. O receio em estabelecer contato com adultos levou-os a manter distanciamento físico e mental (no sentido das respostas dadas). Perguntadas sobre as brincadeiras de suas preferências, crianças de dois a cinco anos afirmaram gostar de escorregador, balanço e boneca, e só; já as de seis a nove anos disseram preferir jogar bola, brincar com *videogames*, ver TV e jogos da *internet*.

As brincadeiras tradicionais, nesse contexto, parecem dar lugar a novas brincadeiras originadas pelas tecnologias recentes, além de novas formas de relação social. No dizer de Kramer (2007, p. 27) “a mídia encontrou na infância um grande público consumidor”. Estando expostas diariamente a um contingente de informações e propagandas, vivem em paradoxos. O que leva a indagar: i) quem são as crianças com as quais convivemos? ii) De que e como brincam? iii) Com quem se relacionam?; e iv) Qual o papel do adulto no cenário?

Considerações finais

Oscila-se, atualmente, no campo estudado, entre a criança como digna de cuidados e atenções específicas e a criança como sujeito de direitos, pequena em tamanho, mas autônoma no modo de perceber o mundo e interagir com ele.

Se, por um lado, a história aponta para uma ideia de criança e infância como fase, por outro, analisando modos de interagir com o outro e o espaço, entende-se que, ao pensar a infância como fase, pressupõe-se que todas as crianças passem por ela.

Charlot (1986) procura intuir acerca da realidade ao afirmar que nem todas as crianças têm oportunidade de vivenciá-la. Portanto, não há uma infância guiando todas as formas de vivências, mas o que existem são infâncias.

A pedagogização da infância nota a criança como “objeto escolar”, mas a brincadeira

livre funciona como oportunidade de desenvolvimento físico, social e cognitivo, desobrigado de finalidades específicas. Assim, brincadeiras em espaços de mobilidade física tendem a potencializar desempenhos psicomotores e conseqüentemente capacidades socializadoras.

No caso da pesquisa realizada nos bairros Itaúna II, bairro Nossa Senhora de Nazaré e na Comunidade do Aninga, buscou-se contribuir para o reconhecimento da criança amazônica como sujeito histórico que vive o mundo a partir de ações e interações, ou seja, participa ativamente da construção cultural de seu meio comunitário, de sua microssociedade.

A discussão sobre a apropriação dos espaços das brincadeiras pode auxiliar em reflexões acerca de quais condições permitam o brincar. O desenvolvimento de políticas públicas que atendam a necessidades sociais, econômicas e culturais das crianças e de suas famílias parece ser objetivo, via debate, na medida em que ganha caráter frente à indiferença que predomina por parte da sociedade sobre a temática.

Outrossim, se for verdade que “ser” criança é o tempo de “ter” infância e vice-versa não se pode desconsiderar condições de desigualdades que a Amazônia e outros biomas pobres vivem, escamoteadas sob falsos discursos da igualdade. Ações viáveis podem ser implementadas, espaços existem e podem ser organizados para a finalidade, mas a sociedade não tem vislumbrado a importância do brincar.

Se a infância for considerada como categoria social e a criança como grupo geracional a ser estudado, pode ocorrer aproximação com a ideia de infância multifacetada, que difere da ideia universalizada e homogênea preponderante na sociedade. Ao se rever a concepção de infância na Amazônia, partindo-se de práticas sociais, econômicas e culturais como eixos de discussão, poderá ser construído um retrato de infância diferente.

As pesquisas com crianças possibilitam o reconhecimento das diferentes formas de viver a infância na realidade local e do tempo-espaço de ser criança, nas ruas, nos parques, nas praças, nas instituições de ensino e nos quintais de casa, o que não se limita a compreender o brincar como próprio da natureza humana, mas como ato cultural circunstanciado por condições de vida e modelos assumidos.

No contexto estudado, vislumbrou-se que diferentes populações infantis existentes vivenciam formas de ser criança a partir

de brincadeiras, apropriações de espaços e improvisações. Cabe à sociedade perceber tais realizações como importantes já que, ao valorizar construções simbólicas, amplia-se possibilidades de prover condições ao que já lhes é garantido por direito, tal como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no que diz respeito ao direito à liberdade de brincar, praticar esportes e divertir-se, ou seja, compartilhar espaços públicos e comunitários.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Infância e da Família**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

BAUER, M. W. e AARTS, B. A construção do corpo: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: **Pesquisa qualitativa com textos e som: manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. Vigiar e punir. Vozes, 1993.

CARVALHO, A. M. A.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R.; BICHARA, I. D. **Brincadeira e cultura: Viajando pelo Brasil que brinca**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da Identidade. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação da pedagogia: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

COLL DELGADO, Ana Cristina e MÜLLER, Fernanda. **Sociologia da infância:**

pesquisa com crianças. Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, Maio/Ago. 2005.

CORSARO, William A. A reprodução interpretativa no brincar ao faz-de-conta das crianças. **Educação, Sociedade e Cultura**, n.º17, 2002, p.113-134.

FAULHABER, Priscila. O etnógrafo e seus 'outros'. Informantes ou detentores de conhecimento especializado? **Estudos Históricos**, v. 36, p. 111-129, 2005.

FAULHABER, Priscila. **O Lago dos Espelhos. Etnografia do Saber sobre a Fronteira em Tefé/Amazonas**. Belém: Museu Goeldi, 1998.

KRAMER, Sonia. Infância e Educação Infantil: reflexões e lições. In: **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para inclusão de crianças de seis anos de idade**. Organização Janete Beuachamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação Básica, 2007.

KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel. **Infância: Fios e Desafios da Pesquisa**. SP: Papirus, 1996.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

SANTOS, C. N. F. e VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SARMENTO, Manuel J. As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: Ana Cristina Coll Delgado e Fernanda Müller. **Sociologia da infância**: pesquisa com crianças. Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, Maio/Ago. 2005.

TOMÁS, Catarina Almeida. As crianças como prisioneiras do seu tempo-espaço. Do reflexo da infância à reflexão sobre as crianças em contexto global. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho Portugal. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.1, Jan/Jun, 2006, p.41-55.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. SP, Martins Fontes, 1987.

Sobre os autores

Ângela Rodrigues de Figueiredo. Doutoranda no PPGSCA-UFAM, docente na Universidade do Estado do Amazonas. Atua na área de educação, cultura e infância. Publicou “Os processos cognitivos mobilizados pelo ensino com pesquisa na pedagogia universitária” no periódico *Areté* (Manaus); “Infância: A influência do Processo de Globalização” no III Simpósio em Educação em Ciências na Amazônia” em Manaus e “Introdução à Metodologia de Pesquisa em Etnomatemática”, na Coleção de Belém/PA. Tem pesquisa em andamento intitulada “Crianças e territorialidades: o tempo e o espaço da infância e da criança na cidade de Parintins”. E-mail: angelaf.uea@gmail.com. Rua: Eulina Farias, 1281, Bairro Santa Rita de Cássia-Parintins, AM. CEP: 69153-282.

Patrícia dos Santos Trindade. Mestre em Educação Física e Cultura pela UGF/RJ. Docente da Universidade Federal do Amazonas. Atua na área de educação física, cultura e infância. Publicou o artigo “O tempo e o espaço do brincar na educação infantil: um estudo em uma instituição de educação infantil do município de Parintins/AM” no IV Congresso Norte Brasileiro de Ciências do Esporte, 2012, Amapá. E-mail: pstrindade@gmail.com. Rua: Governador Leopoldo Neves, 571 – Centro – Parintins, AM. CEP: 69151-070.

Renan Albuquerque Rodrigues. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Lidera o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/CNPq). Em 2013, publicou 1.) Rodrigues, R. A.; Neves, S. S. Implemento de periódico eletrônico com design criativo para ampliar oferta de revistas indexadas na porção centro-leste da Amazônia. *Biblionline* (João Pessoa), v. 9, p. 74-81, 2013, (Qualis B1); e em 2014 publicou 2) Rodrigues, R. A. Fearnside, P. M. Índios Waimiri-Atroari impactados por tutela privada na Amazônia Central. *Novos Cadernos NAEA*, v. 17, p. 47, 2014. (Qualis B1). E-mail: renanalbuquerque@hotmail.com. Rua Simeão, 4585, bairro Djard Vieira, Município de Parintins, Amazonas.

Recebido em: 23/08/2014

Aceito para publicação em: 26/09/2014